



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: SANDRA SANTANA

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 04 de Maio de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Bom dia a todos.

Com a presença da Vereadora Janaina Paschoal, declaro abertos os trabalhos da 2ª Audiência Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, convocada para hoje, dia 4 de maio de 2026.

Esta reunião foi convocada para discutir o PL 298/2026, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que “institui o Programa Mais Integração no âmbito da Rede Municipal de Ensino, estabelece diretrizes para a cooperação entre as unidades educacionais que o integram e dispõe sobre mecanismos de fomento e valorização profissional no âmbito das parcerias”.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no *site* da Câmara Municipal de São Paulo e no canal da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube.

A realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 30 de abril de 2026 e foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 1º de maio de 2026 e no jornal *Folha de S. Paulo* no dia 2 de maio de 2026.

As inscrições para a participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 29 de abril de 2026, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*.

O público presente que desejar se manifestar deverá se inscrever na secretaria da Comissão, e cada inscrito terá três minutos para se manifestar.

Para compor a Mesa, convido os Srs.: Ronaldo Tenório, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação, e Fátima Abrão, Coordenadora da Coordenadoria de Gestão e Organização Educacional – Coged –, da Secretaria Municipal de Educação.

Para nós, este é um momento muito importante, pois, juntos, poderemos sanar dúvidas sobre esse projeto tão importante para a rede municipal parceira da educação, que lhe assegura direitos – um olhar que o Prefeito Ricardo Nunes tem adotado ao longo de sua gestão.

Na semana passada, quando da aprovação do projeto ora discutido na CCJ — que também contou com a presença da Vereadora Janaina Paschoal —, um dos temas mais debatidos foi o reajuste salarial. Inclusive, foi citado aqui que a rede está se organizando para

uma greve relacionada à recomposição salarial.

Fiz questão de lembrar que o Prefeito Ricardo Nunes foi o prefeito que pôs fim ao vergonhoso índice de 0,01% de aumento salarial e que tem promovido, de fato, reconhecimento aos servidores, por meio de índices muito mais reais – e jamais simbólicos ou vexatórios como aquele 0,01% que, durante tanto tempo, foi aplicado à rede municipal de servidores. E isso não diz respeito apenas à educação, mas a todos os servidores municipais.

Faço esse registro para destacar tudo o que já vem sendo realizado em toda a rede, especialmente na educação. Ao assegurar esses direitos, esta lei somente deixará de existir se algum prefeito tiver a coragem de revogá-la. E, realmente, ficaria muito feio a retirada desse direito dos trabalhadores. Não estamos falando apenas dos professores. Tudo o que vem sendo feito alcança todos os profissionais que compõem a cadeia da educação, o que é extremamente importante.

Quero, agora, abrir a palavra para que vocês possam falar um pouco sobre o projeto. Na sequência, abriremos a palavra para manifestações. Se a Vereadora Janaina Paschoal quiser se manifestar antes, fique à vontade.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Sra. Presidente, primeiramente, agradeço a V.Exa. e aos convidados pela gentileza de terem comparecido pessoalmente. Isso facilita muito a comunicação, porque, às vezes, a distância, o sistema falha. Por isso, agradeço bastante.

Este projeto é muito importante, e creio que não haja divergências quanto a isso. Não senti nenhuma divergência na CCJ, na semana passada, nem no plenário. Entretanto, existem algumas questões e preocupações.

Por exemplo, quando falamos dessa premiação – que, neste projeto, salvo engano, vocês estão chamando de incentivo – destinada aos funcionários efetivos, há ali uma previsão relacionada à frequência. Fica evidente que é um abono para os funcionários.

Neste texto, muito embora a explicação seja de conseguir uma equidade, uma equiparação entre os funcionários das terceirizadas e os funcionários da direta, a linguagem que está no texto é um pouco diferente. Então, eu queria entender por que não coloca nesse projeto,

por exemplo, a frequência exata com que será pago esse incentivo, por que não se utiliza a mesma terminologia.

E não é preciosismo. A preocupação que eu tenho e eu senti em outros colegas é a seguinte: quando são utilizadas palavras diferentes, eventualmente isso pode ensejar uma interpretação diversa. Então, nós temos o temor de que seja pago com maior periodicidade, gerando uma iniquidade para beneficiar os funcionários das terceirizadas; ou que seja pago com menor frequência.

Então, talvez fosse interessante olhar o texto que norteia o pagamento desses abonos, desses prêmios para os funcionários da direta e utilizarmos palavras para essa lei que é para indireta.

E surge uma outra insegurança, que tem a ver até com essa primeira. Como é que a Prefeitura vai garantir que esse dinheiro transferido para as terceirizadas ou para as conveniadas, para as entidades parceiras, será efetivamente pago para os funcionários? Porque hoje, se há um incentivo, um abono, um prêmio para o funcionário direto; nós sabemos que, se isso for instituído, é a própria Prefeitura que paga. No caso dos funcionários, por exemplo, das creches conveniadas, das escolinhas conveniadas, o dinheiro vai ser transferido para os gestores. Então, como é que vai ser feito o controle de que esses valores vão ser efetivamente entregues aos funcionários que estão na ponta?

Com isso, eu não estou levantando dúvidas de maneira generalizada sobre a correção, a honestidade, dos dirigentes das escolinhas; não é isso. Mas nós sabemos que onde há gente, há problema. Então, se o objetivo é dar melhores condições de trabalho para quem está na ponta, como é que a Prefeitura vai fiscalizar isso? Em geral, são esses os pontos não de divergência, mas de preocupação

O SR. RONALDO TENÓRIO – Primeiro, bom dia. Eu quero saudar a nossa Presidente, a Vereadora Sandra Santana; Vereadora Janaina, obrigado também pela votação na primeira, que é um prêmio extremamente importante para quase 70 mil funcionários que recebem, desde 2023, via decreto, e agora passam a receber via lei, justamente para garantir

REUNIÃO: 21760 DATA: 04/05/2026 FL: 4 DE 16

essa a longevidade do prêmio para esses servidores.

Eu estou com a Fátima, que é a nossa Coordenadora, e ela também pode esclarecer esses dois pontos que a senhora acabar de colocar na mesa.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Bom dia Presidente, Vereadora Sandra Santana; bom dia Vereadora Janaina, demais Vereadores que nos ouvem *on-line* e demais participantes. O prêmio que estamos discutindo, como o Ronaldo falou agora, já está estabelecido, esse seria o nosso terceiro ano de pagamento aos funcionários. E, como bem lembrado pela Vereadora, não é um prêmio aos professores, é um prêmio para todos os funcionários dos CEI: a cozinheira, a diretora, auxiliar de limpeza; e com o mesmo valor a todos, diante dos critérios estabelecidos.

O prêmio foi instituído por um decreto município municipal, dentro de um programa, que é o Mais Integração, que vinha falar para SME que as nossas ações, as nossas práticas, precisavam, no máximo possível, assemelhar-se aos modelos de gestão das diretas e das parceiras. O prêmio é um dos itens desse programa. No mesmo decreto, por exemplo, a instituição do Conselho de CEI, que já era uma realidade nas unidades diretas e, a partir desse Conselho, veio uma obrigatoriedade.

Então, hoje todos os nossos CEIs parceiros também têm um Conselho de CEI, assegurando a participação democrática das famílias, como nós já vínhamos trabalhando há muitos anos nas diretas.

Então, o prêmio vem nessa mesma perspectiva de valorização desses profissionais, assemelhado ao que já temos, o PDE dos servidores, há tantos anos.

É uma iniciativa realmente do Prefeito Ricardo Nunes que esse prêmio fosse instituído valorizando esses profissionais que têm no seu dia a dia um trabalho semelhante aos servidores na rede.

A proposta da lei fica um pouco mais ampla para que depois possamos fazer possíveis alterações por normativo da própria Prefeitura ou da Secretaria, mas a nossa ideia sempre foi de um pagamento anual, como o PDE. Não vejo, da parte da Secretaria, nenhuma

objeção que venha definida a periodicidade no texto, dando esse conforto a todos, porque a nossa ideia sempre foi de um pagamento anual semelhante ao que fazemos com os servidores.

E quanto à fiscalização nas duas situações que nós já fizemos, nos dois anos anteriores, ela é feita da mesma forma da fiscalização da prestação de contas. Esse valor para o prêmio é transferido para a conta da creche, da mesma forma que fazemos o repasse mensal, e tem uma prestação de contas. Então, há alguns critérios para o recebimento.

O funcionário precisa ter ciência dos critérios da sua pontuação e quanto que ele vai ganhar. Então, o funcionário assina isso com o seu mantenedor e depois nós conferimos, com a transferência para conta na folha de pagamento, que recebemos junto com a prestação de contas. Nós observamos se o valor, então, que foi ali na somatória dos itens, corresponde ao valor que foi repassado, transferido, para a conta do funcionário.

Da mesma forma, como sempre tratamos com os parceiros, os funcionários têm direito de questionar, reclamar, até nas próprias Diretorias ou na Secretaria, e nós fiscalizamos.

A ideia realmente da lei é transformar isso numa política pública perene, independentemente do Prefeito que estiver, dar mais segurança aos funcionários.

Nesses últimos anos, nós temos acompanhado, eu atendo muitos mantenedores e funcionários, o quanto isso realmente faz diferença na vida dessas pessoas e quanto ele atingiu o seu objetivo de valorização.

O Secretário Fernando Padula sempre fala para a equipe que nós temos uma rede única, com unidades diretas, indiretas e parceiras. Então, tudo o que vamos fazer, é preciso pensar como fazermos isso na direta e na parceira; respeitando a especificidade dos modelos de gestão, mas precisamos fazê-lo como uma rede única. E o prêmio trouxe muito isso também para os funcionários, para entender que isso não é um discurso só da Secretaria de que eles compõem essa rede como os servidores.

Então, eu acho que não se discute a importância para a política de creche da cidade de São Paulo e para esses profissionais que estão conosco todo dia.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – V.Exa. me permite? Por que está chamando nesse

REUNIÃO: 21760 DATA: 04/05/2026 FL: 6 DE 16

projeto de incentivo financeiro e não de prêmio, como era antes?

E também fiquei com uma dúvida: existe algum critério para concessão desse incentivo? Por exemplo, há alguma exigência de assiduidade do funcionário tanto para o direto, como para o para o conveniado? Se puder falar um pouquinho do valor, até para quem está acompanhando entender melhor.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Os critérios são estabelecidos anualmente no normativo da Secretaria, e nós procuramos, dentro de tudo isso que eu acabei de falar de assemelhar as políticas, que os critérios sejam bem semelhantes entre o que nós estabelecemos para PDE dos servidores que trabalham nos Centros de Educação Infantil e ao prêmio das parceiras.

A assiduidade é um dos itens e começa a contar essa frequência na mesma data. Então, quando nós publicamos num comunicado anual que normalmente a Secretaria faz, que a partir de tal data começa a contar a frequência para o PDE, também começa com o prêmio. Os outros critérios também se assemelham. O que nós fazemos de um lado, nós fazemos de outro.

O valor é o mesmo, de até 6 mil reais. Então, quem atinge 100% nos itens estabelecidos recebe 6 mil reais, independentemente do cargo: o diretor, a cozinheira, todo mundo recebe o mesmo valor.

E a palavra incentivo foi para dar realmente essa ideia do que é o prêmio. Ele é um incentivo também para que as pessoas, assim como o PDE, desenvolvam as suas tarefas, cada vez melhor, para que isso reverbere para as crianças. Então, a frequência é uma coisa bastante importante para nós, para as crianças; e ter como critério a frequência é um incentivo para que a política pública seja melhor. Foi nessa perspectiva o termo incentivo.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Vou fazer uma pergunta para dar tempo de você pedir seu café. Sra. Fátima, quando falamos dos critérios, uma das coisas que sempre vem à mente é essa questão da assiduidade, da frequência; mas, além disso, você pode pontuar quais são os outros critérios que acabam formatando esses 100%.

A segunda pergunta é: nós sabemos que o valor máximo do incentivo da premiação,

REUNIÃO: 21760 DATA: 04/05/2026 FL: 7 DE 16

seja lá qual for a nomenclatura, é de 6 mil reais, e que é para absolutamente todo mundo. Mas existe um mínimo e existe também alguém que zera, que não recebe nada? Aliás, quem zerar precisa ser demitido, vamos combinar.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Vou falar desse último ano em que os critérios foram estabelecidos para 2025. Se tudo der certo, eles recebem agora no começo de 2026.

Além da frequência, nós estabelecemos faixas. Então, quem tem a frequência esse ano representa 60% desses 6 mil reais; então, quem tem zero faltas recebe 100% desses 60%. E aí temos as faixas: até oito faltas, enfim, e quem tem de cinco faltas a menor, ele zera neste critério.

Os outros critérios são cursos que os funcionários fazem fora do horário de trabalho. Até 40 horas, se eu não me engano, tem uma pontuação; e cursos com uma carga horária maior do que 40 horas, outra pontuação.

Outro critério que usamos também para as unidades diretas é a ocupação dessa unidade escolar.

Por mais que seja um sistema de compatibilização que encaminhe as crianças para as vagas das unidades, e percebemos isso muito no dia a dia, quanto melhor a prática dessa escola, o vínculo com a família, menor é o número de desistência, de evasão. Então, esse índice que trata da ocupação da unidade vem falar um pouco disso. Se eu tenho uma unidade que tem 100% das vagas ocupadas numa data base que determinamos, um dos critérios é esse.

Para 2025, foram esses critérios que foram definidos, assemelhado ao que foi definido para os servidores.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – A ocupação é um critério exclusivo da administração direta?

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Não. Esse de 2025 foi para direta e para os parceiros.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Ah, para todo mundo.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Isso. Na direta, nós contamos a quantidade

REUNIÃO: 21760 DATA: 04/05/2026 FL: 8 DE 16

de vagas disponíveis; e na parceira, a quantidade de vagas contratadas também do termo de colaboração. Isso a própria Secretaria afere e informa para cada CEI, porque daí fica uma porcentagem do CEI, igual para todo mundo. E nós mesmos informamos qual foi a porcentagem dele.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Então, basicamente, são três critérios: faltas, capacitação e ocupação total do equipamento.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Isso. E os critérios podem também mudar, conforme a política for mudando. Não sei, se daqui a uns anos for instituído algum tipo de avaliação na educação infantil, isso também pode ser um critério para o prêmio. Então, esses critérios podem ir mudando. Por isso também que o texto do PL...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Engessa.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Isso. Para que nós possamos também ter essa flexibilidade que converse com o nosso dia a dia, de acordo com as outras coisas que vamos fazendo durante o ano.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Sra. Presidente, eu acredito que seria importante deixar no projeto a frequência anual e eu colocaria no projeto, para a segunda votação, esse critério da assiduidade. Por quê? Hoje quem está lá tem essa mentalidade de que é uma vez por ano e que as pessoas têm que comparecer ao trabalho para receber. Se nós estamos criando uma lei justamente para dar segurança para o que acontece na prática, eu não vejo que colocar a periodicidade e exigir assiduidade possa prejudicar em alguma medida, porque meu medo é amanhã trocar a Prefeitura, trocar o Prefeito, trocar o Secretário e entrar alguém com a mentalidade de que as pessoas têm que receber prêmio mesmo não trabalhando.

Infelizmente, da maneira como as coisas estão acontecendo neste país, eu não descarto essa possibilidade. Então me parece mais seguro, para a finalidade que se quer alcançar, fechar um pouquinho esse texto, porque o intuito não é para daqui para o futuro? Então precisamos ter um texto seguro.

Existe uma instrução normativa. E quem tem muito mais competência para falar é a Fátima e o Ronaldo. Na ocasião, inclusive, eu compreendi o que a Secretaria falava, mas eu dei algumas sugestões – que, inclusive, estávamos falando que precisamos avançar um pouco mais.

Na Comissão de Transportes da Casa, tem havido muita discussão nesse sentido; o pessoal do transporte escolar tem vindo muito aqui, tem também nos procurado. Porque eu acredito que, dentro da instrução que está sendo cumprida, e que vem por uma determinação do próprio Tribunal de Contas do Município, em relação a algumas orientações que são dadas para o Executivo, eu acho que são cabíveis alguns ajustes para melhorar o atendimento da nossa população. Eu não vou falar assim: “Olha, tem que atender os motoristas”. Não, eu acho que tem que atender a população. E aí nós incluímos aqueles que são assistidos pela rede pública e aqueles que são contratados para dar esse suporte na rede pública.

Mas eu tenho certeza de que a Fátima pode trazer um pouco mais para gente.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – O Programa de Transporte Escolar Gratuito é administrado pelas duas secretarias através de gestão compartilhada, cada qual com a sua responsabilidade.

Acredito que essa discussão também esteja acontecendo agora porque, daqui a um ano, mais ou menos, um pouquinho mais de um ano, acaba o edital de chamamento público que está em vigor. E as duas secretarias já começam a pensar – até porque ele é complexo, grande – num novo texto. E os condutores, sabendo disso, também começam a apresentar o que é de direito, as suas reivindicações para um novo texto. Mas oportunamente haverá audiência pública, consulta pública para o novo texto, porque o edital é da Secretaria de Transporte, de responsabilidade do Departamento de Transporte Público.

A SME colabora justamente por seu interesse e responsabilidade de atender os estudantes.

A escolha do condutor no edital que está posto agora, atua, é da família. E isso foi uma escolha dos próprios condutores, que acham que tem um vínculo, quando a criança é transportada há muito tempo, enfim. Então são as famílias que escolhem cada condutor. E isso

pode gerar situações como essa.

Nós, as diretorias regionais, convocamos os condutores aos sábados, para que eles possam participar, para uma demanda em que tenhamos dificuldade de atendimento, cumprindo o objetivo de atender os estudantes, que é a nossa obrigação; e como eles ganham *per capita*, quanto mais crianças atendidas, mais benefício para eles. Então essa discussão está acontecendo agora muito por conta disso.

Nós tivemos, no começo deste ano, algumas dificuldades com barreiras físicas.

Existem comissões nas diretorias regionais, porque as barreiras estão muito atreladas ao território, que observam o local onde existe dificuldade no trajeto. Estamos falando de falta de semáforo, falta de calçamento, enfim, as marginais, tal. Só que, com isso, vai passando o tempo, e o Poder Público age, também as subprefeituras, enfim. A CET instala o farol que faltava, a faixa de pedestre, a rua é asfaltada, tem a calçada, e aí desativamos essa barreira física, porque aquele primeiro que criou a barreira não existe mais. E isso aconteceu em duas regiões mais específicas da cidade. Mas gera o descontentamento. Mas, na verdade, a Secretaria está fazendo o que lhe cabe no texto normativo, ao rever essas barreiras anualmente.

A barreira pode ser criada a qualquer momento. É isso que temos conversado com as pessoas que vão lá, que falam: “Ah, mas lá na região tem isso, tem aquilo”. Nenhum problema. Isso pode ser protocolado na DRE ou na própria Secretaria. Se há realmente um local que gera dificuldade, considerando os critérios que entendemos como barreira, essa barreira pode ser criada a qualquer momento. O nosso interesse em que a criança frequente a escola é tão grande quanto o da família e do condutor. E mais porque temos uma responsabilidade sobre isso: assegurar o direito de frequência.

Como a Vereadora Sandra Santana falou, na nossa conversa, há uns 30 dias, ela também deu algumas ideias, para que pudéssemos incrementar o atendimento das crianças com deficiência. E nós nos comprometemos a discutir isso nesse novo edital.

Neste momento, nós atendemos, estamos administrando, mas, em relação a mudanças que exigem alguma alteração no contrato ou no modelo, é difícil que consigamos fazer

REUNIÃO: 21760 DATA: 04/05/2026 FL: 12 DE 16

agora, porque já temos um edital publicado em vigor. E quando eu digo “a gente”, é administração, envolvendo o DTP nessa conversa. Então é importante, daqui para a frente, nesse novo texto, fazermos essas discussões, para que esse novo edital possa atender de melhor forma a população, que é o nosso maior interesse, e também os condutores, que são tão importantes nesse programa, nessa política.

Entendo, reforçando, que a discussão vai ficando mais acalorada agora porque existe uma expectativa entre os condutores sobre o que vamos fazer com esse novo edital. E é comum também. Há cinco, quatro anos, eu já estava na Secretaria, e também foi isso: eles ficam ansiosos e temerosos de que façamos alguma coisa que não corresponde à expectativa da categoria e possa prejudicá-los de alguma forma. E na Comissão de Transportes podemos ampliar esse debate – apesar de que os condutores vão sempre lá na Secretaria, temos um diálogo muito próximo com eles –, para que possamos fazer um texto que melhor os atenda também.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Muito bom.

Eu imagino que tenhamos esgotado a nossa pauta da audiência pública, tirando as nossas dúvidas.

Queria só encerrar dizendo que, além de um processo de valorização de toda a cadeia de educação, da rede parceira – principalmente, porque o foco, neste caso, é a rede parceira –, é um projeto que também incentiva muito o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento local. Isso porque, a partir do momento que as pessoas que são trabalhadoras da rede parceira estão recebendo essa premiação de até seis mil reais, muito provavelmente uma boa parte desse recurso vai acabar sendo investido nos bairros em que elas moram, nos comércios locais. Isso daí ajuda a girar a economia.

Eu, Vereadora Janaina, compreendo a necessidade de o Poder Público, nas suas três instâncias governamentais, ter um cuidado direto em relação à população mais vulnerável. Mas acredito que se tivéssemos uma política pública diferenciada, em que a população mais vulnerável tivesse outros tipos de acesso, que não única e exclusivamente as bolsas, o nosso

REUNIÃO: 21760 DATA: 04/05/2026 FL: 13 DE 16

país cresceria mais, a nossa sociedade cresceria mais, o ser humano cresceria mais.

Uma pessoa que hoje vive única e exclusivamente de um auxílio vindo por parte do governo, de uma cesta básica, de um vale-gás, não consegue... ela até consegue, mas vai demorar infinitamente mais, e com muito mais sacrifício, crescer como pessoa. A nossa experiência diária dentro das comunidades revela que as pessoas acabam se acomodando um pouco, ficando numa certa zona de conforto, porque ela sabe que, num determinado dia do mês, ela vai receber mil, mil e poucos reais, e mais uma cesta básica. E acho que todo cidadão, principalmente o da nossa cidade, merece mais do que isso.

E quando vemos projetos como esse, que incentivam, desde aquela colaboradora que mantém todo o espaço em ordem, limpo, organizado, até a professora que efetivamente está ali cuidando, a diretora, a coordenadora da unidade, nós vemos uma forma igualitária de tratar o ser humano e de incentivar o seu crescimento e também incentivar o desenvolvimento econômico dentro da cidade.

Estamos vivendo um ano de eleição. Poderíamos ter políticos que tivessem a coragem de mudar essa política nacional de incentivos, das bolsas, não para eliminar, mas as pessoas poderiam, por exemplo – aquelas que ingressam em mercado de trabalho, e que muitas vezes têm receio de aceitar um emprego formal porque elas entendem que, em 90 dias, elas podem ser demitidas e perder os dois –, ter segurança jurídica para receber parte desse auxílio até conseguir engrenar e não depender mais dele, porque, senão, vamos continuar empobrecendo o nosso país. E essa premiação faz exatamente o caminho contrário do que estamos vendo em termos de política nacional ao empoderar as pessoas.

Parabéns à nossa Secretaria de Educação pelo texto. Eu acho que é possível receber sugestões importantes vindas da Câmara Municipal, como esta que a Vereadora Janaina Paschoal trouxe. E agradeço ao nosso Sr. Prefeito por ter sempre um olhar para todos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Presidente, posso aproveitar mais uma coisa?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Pode.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – É o seguinte: eu apresentei um projeto de lei, que

REUNIÃO: 21760 DATA: 04/05/2026 FL: 14 DE 16

foi votado em primeira votação na semana passada, que nasce de uma reclamação de uma mãe de Araçatuba, primeiramente, e depois de outra mãe de São Caetano. E isso levantou um problema no estado inteiro. Eu apresentei este projeto primeiramente na Assembleia, e trouxe para cá. E aí as minhas Colegas, sobretudo do PSOL, do PT, disseram que eu inventei uma questão que não se aplica à capital.

Então eu queria, rapidamente, expor. E perguntar se há alguma orientação nesse sentido da parte da Secretaria.

Essas mães de várias cidades do estado reclamaram não por haver homens trabalhando nas creches – não é isso, não é uma questão de estigmatização –, mas pelo fato de os seus bebês e crianças pequenas serem cuidados na hora da troca, na hora do banho, por homens. E essas mães não gostaram disso. Elas querem que as crianças sejam cuidadas, nesse momento, exclusivamente, por mulheres. E eu apresentei um projeto na Assembleia, e aqui, para garantir que, na hora do banho, da troca da fralda, quem vai fazer esse trabalho é uma assistente do sexo feminino. Aí as colegas disseram que não tem sentido isso em São Paulo, como se, em São Paulo, não houvesse homens fazendo essa função. E eu não estou dizendo para não haver homem trabalhando na creche, como professor, como vigia, como orientador de educação física e artística.

Então eu pergunto: hoje, há alguma restrição ou existe uma orientação para que sejam somente mulheres? Como funciona hoje na capital? Porque como eu fui acusada de não saber como funciona, eu estou perguntando.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Não há nenhum tipo de restrição.

A carreira do magistério já é, tipicamente, feminina. A gente observa tanto nos servidores da direta, quanto nas parceiras, uma predominância feminina. Nós temos professores homens, tanto na direta quanto nas parceiras. Vou dizer que isso depende um pouco da própria unidade, de como aquelas famílias aceitam isso. Não vou dizer que isso não é problema ou que nunca o tivemos. Sim, algumas famílias ficam, às vezes, um pouco incomodadas, e a unidade tende a ter uma professora junto ou, então, fazer a troca para essa família que se incomoda com

REUNIÃO: 21760 DATA: 04/05/2026 FL: 15 DE 16

isso. Em outras unidades, isso é muito tranquilo. Acho que depende, realmente, do trabalho que ela faz lá, do vínculo que esse professor faz com a família também que gera essa confiança.

Então, não é nada que seja um grande problema para nós. Tanto que a gente nunca normatizou nada disso, porque não foi necessária uma intervenção da Secretaria para que haja assim ou assado. Mas, no dia a dia, acontece, às vezes. A própria unidade vai conversando sobre isso com a comunidade, fazendo essa discussão.

A SRA JANAINA PASCHOAL – Mais uma dúvida: para banho e troca é o próprio professor que faz isso, não tem um assistente?

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - É o professor. Isso faz parte da função do professor. O que a gente chama desse apoio é um professor volante que tem a mesma formação. Nós temos auxiliares, que são as ADIs, Auxiliar do Desenvolvimento Infantil, que são pessoas que estão em formação ainda na pedagogia, que funciona como auxiliar, mas não há uma orientação se feminino ou masculino.

Em número, o masculino é bem pouco pela característica da profissão, mas...

- Manifestações simultâneas.

A SRA JANAINA PASCHOAL – Seria interessante avaliar, deixar o professor para a parte acadêmica e ter um assistente para fazer esse trabalho. Eu entendo que teria que ser sempre assistentes do sexo feminino, mas não vejo muito sentido de o professor se dedicar a uma função que não precisa da formação dele para fazer, não é?

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – É que a gente entende esse momento da troca de fralda e do banho também como um momento pedagógico. É o momento em que a gente está fazendo o vínculo, em que o professor precisa observar o comportamento, o próprio corpo desse bebê, enfim, não é uma troca como se fosse uma coisa mecânica de troca.

É um momento planejado também, assim como o momento da alimentação, todos os momentos que a criança passa ali durante as 10 horas têm uma intencionalidade. É um horário, normalmente, de muito vínculo entre o bebê e o professor. Como ela se comporta quando ela é tocada. É por isso que é o professor que faz essa tarefa também ali no dia a dia.

REUNIÃO: 21760 DATA: 04/05/2026 FL: 16 DE 16

A gente entende que tudo que a gente faz ali com a criança é pedagógico e tem uma intenção. Até o auxiliar também tem uma formação para isso, para que esse momento seja bom, acolhedor para criança, que ela possa fazer de uma forma lúdica também. É por isso que o professor que tem essa tarefa também nas creches.

A SRA JANAINA PASCHOAL – Eu agradeço o esclarecimento, mas eu acho que está errado. (Risos) Eu agradeço muito. Não só está errado por força dessa minha preocupação de que sejam só mulheres, mas eu entendo que poderiam usar mais esse profissional para aquelas missões que são a sua atividade-fim. Se for para um colégio pago e bem pago, o professor cuida da parte pedagógica, pode dar orientações, mas esse trabalho que é um trabalho do cuidado de devolver a criança, às vezes, até já com o pijaminha, é uma assistente que faz.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Mas, talvez, Vereadora, me permita, com todo respeito, pensar que se a preocupação for essa, existem abusadoras também. Não são só os homens que abusam de bebês e crianças, infelizmente, existem também abusos por parte de mulheres...

A SRA JANAINA PASCHOAL – Mas levantando os dados nas faculdades, escolas de psiquiatria, o número de mulheres é bem menor. E vou dizer o que uma pediatra me falou uma vez: “o pênis para esses casos faz diferença”. Então, é óbvio que existem mulheres abusadoras e são tão criminosas quanto merecem prisão; merecem não sair da prisão, mas o pênis faz diferença para esse tipo de caso. É para a reflexão.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) - Diante desses momentos aqui, de todo o tema debatido, declaro realizada a audiência pública do PL 298/2026.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Agradeço a nossa equipe técnica, a presença dos representantes da Secretaria, à Vereadora Janaina Paschoal e a todos que nos assistiram.